



## PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo nº 21/2021

Carta Convite n.º 07/2021

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS COM PROFISSIONAL E EQUIPAMENTOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS.

## RELATÓRIO:

Pedido de fornecimento de parecer jurídico referente à licitação na modalidade Carta Convite, cujo objeto é a contratação de profissional com equipamentos para realização de exames laboratoriais.

O pedido de contratação foi apresentado pelo Sr. Secretário Municipal de Saúde e autorizado pelo prefeito Sr. Martins Dias de Oliveira.

Estão anexados os orçamentos, a disponibilidade de dotação orçamentária, as minutas de Edital e Contrato, dentre outros documentos.

## FUDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico a solicitação de emissão de Parecer Técnico em relação à licitação acima identificada, nos termos do parágrafo único, do artigo 38 da Lei 8666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”.

O procedimento de licitação foi instaurado a partir de pedido do Secretário Municipal de Saúde, que solicitou a locação de equipaemtnos bem



como a contratação de profissional para prestação de serviços de coleta e preparação de material para exames nas comunidades e distritos do município. Solicita a contratação de profissional juntamente com equipamentos, que discrimina no pedido.

Aduz que a secretaria municipal de saúde pretende atender a demanda de serviços laboratoriais nas comunidades carentes pretendendo coletar e preparar esses materiais nas próprias comunidades, com atendimento nos PSFs de Bocaiuval, Pedro Neca, Vila Picada e Vila Cardoso.

Ao que se depreende do pedido de abertura do processo licitatório o objeto da licitação é a contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais com profissional e equipamentos.

Cabe ao gestor especificar adequadamente o objeto que está sendo licitado, nos termos do artigo 40, I da Lei de Licitações. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 14, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada. A conjugação dos Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que, juntos, dispõe da mesma forma, ou seja, que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

Portanto, o objeto deve indicar, de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, o meio pelo qual uma necessidade da Administração deverá ser satisfeita, sendo vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que limitem a competição. Deve explicitar de modo conciso, mas completo, o que a Administração deseja contratar.

No caso em tela, o Edital informa que a licitação tem como objeto a contratação de empresa para realização de exames laboratoriais, conforme especificações constantes no Anexo I, que é parte integrante do Edital.

No caso em tela, ao que se depreende do Anexo I, Termo de Referência, o objeto está devidamente descrito.

O Edital (Anexo I) apresenta os requisitos profissionais do técnico responsável pela prestação de serviços e valores que da proposta global da contratação.





Os orçamentos foram anexados, servindo como parâmetros de preços dos serviços.

O Departamento de contabilidade forneceu as dotações orçamentárias para o pagamento dos serviços.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito e preço da contratação no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º “caput” da Lei de licitações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

No caso, em se tratando de Carta Convite, vale mencionar que a respeito da publicidade do instrumento convocatório, deve-se atentar para a publicação do edital, a fim de ampliar a concorrência além dos convidados, haja vista que três é um número mínimo, o que não impede que a Administração admita uma quantidade maior de convidados.

O convite é a modalidade de licitação prevista no artigo 22, III, da Lei n.º 8666/93, utilizada para contratações de menor vulto, se destina a interessados que pertençam a ramo de atividade pertinente ao objeto a ser licitado.

O processo está devidamente instruído com os documentos e procedimentos relativos à fase interna, constando ainda, por último, a minuta do edital, e o respectivo contrato administrativo minutado que são os principais itens de análise e aprovação neste parecer.

O art. 40 do supracitado diploma legal indica as cláusulas obrigatórias que devem conter no edital. Do mesmo modo, o Art. 55 estabelece as cláusulas que obrigatoriamente devem constar nos contratos administrativos.



Examinando a minuta do Edital em tela e seus anexos, verifica-se que ele atende ao disposto no art. 40 da referida Lei, bem como a outros dispositivos legais correlatos.

A minuta do contrato administrativo (Anexo II) também deve refletir todas as cláusulas obrigatórias previstas no art. 55, da Lei de Licitações, como também outras condições estabelecidas no edital, especialmente no que concerne ao objeto e sua execução. A Comissão de Licitação deve atentar para incluir os incisos VII, VII e IX, do artigo 55 da Lei 8666/93 no Contrato a ser firmado.

Deste modo, e estando a minuta do Edital e o contrato em conformidade com as disposições da Lei de Licitação e Contratos Administrativos, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Porto Esperidião-MT, 15 de abril de 2021.

José de Barros Neto

Portaria 58/2012

José de Barros Neto  
Advogado - OAB-MT 0541